

A LÍNGUA DE SINAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: EXPERIÊNCIAS NO ESPÍRITO SANTO E EM MINAS GERAIS

*Carlos Henrique Rodrigues**
*Lucyenne Matos da Costa Vieira-Machado***

RESUMO

Hoje, com a difusão da política de inclusão, a formação de professores pretende promover a reflexão sobre a diferença no espaço escolar, formando profissionais “preparados” para lidar com ela. Considerando isso, discutimos, neste artigo, o processo de reconhecimento e de difusão da Libras no Brasil e seu estabelecimento como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores. Para tanto, apresentamos a experiência da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e de uma das Universidades Federais do estado de Minas Gerais. Além de analisar como a Libras vem sendo trabalhada, ressaltamos os diversos aspectos que a envolvem e as experiências dos alunos com a disciplina, com o intuito de problematizar seu impacto na formação de futuros profissionais. Vimos que independente da exígua carga horária e a despeito de qual seja o conteúdo explorado na disciplina, a Libras no ensino superior desencadeia um consistente processo de transformação social, política, cultural e acadêmica.

Palavras-chave: Libras. Decreto nº 5.626. Formação. Experiência.

ABSTRACT

Nowadays, with the dissemination of an inclusion policy, teacher training intends to promote a reflection on differences within the school environment, training professionals to deal with them. Hence, this article discusses the process of legal recognition and dissemination of Brazilian Sign Language (Libras) in Brazil and its

* Doutor em Linguística Aplicada: Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor adjunto do Departamento de Artes e Libras (DALi) do Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). *E-mail:* carlos.rodrigues@ufsc.br

** Doutora em Educação: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo na linha de Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas. Professora da disciplina Libras no Departamento de Fonoaudiologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo. *E-mail:* luczarina@yahoo.com.br; lucyenne.machado@ufes.br

establishment as a mandatory subject in teacher training courses. To this purpose, we present the experience of the Federal University of Espírito Santo (UFES) and of one of the Federal Universities of Minas Gerais. Besides analyzing how Libras has been dealt with, we emphasize the various aspects involving it and student experiences with the subject, in order to discuss their impact on the development of future professionals. We have observed that despite the small hour load and content of in this discipline, Libras in Higher Education triggers a consistent process of social, political, cultural and academic transformation.

Keywords: Libras. Decreto nº 5.626. Development. Experience.

Introdução

Nos últimos vinte anos, a comunidade surda brasileira tem logrado destaque no cenário nacional, protagonizando um conjunto de reivindicações em prol de outro olhar sobre a surdez. Esse outro olhar implica conceber a surdez pelo viés cultural e, por sua vez, reconhecer a Língua de Sinais como língua natural dos surdos. Desde as primeiras ações de aproximação e de união dos surdos brasileiros em institutos, associações e federações, na segunda metade do século XIX, as pessoas surdas têm dado outro sentido às suas ações coletivas, as quais evidenciam um consistente processo de conscientização política, de promoção social e de cidadania.

De alvo das políticas e das ações voltadas às pessoas com deficiência, os surdos, pouco a pouco, organizaram-se e se transformaram em atores históricos, exigindo a inserção de suas demandas sociais, culturais e linguísticas na agenda política brasileira. Além disso, os novos atores surdos ocuparam o cenário universitário brasileiro, tanto como estudantes quanto como pesquisadores e professores, fortalecendo teórica e epistemologicamente as redes de mobilizações surdas em prol de seus direitos linguísticos e sociais, reunidos sob a bandeira da Língua Brasileira de Sinais – Libras – e da Educação Bilíngue de Surdos (RODRIGUES, 2011).

O palco do movimento surdo brasileiro foi preparado por diversas mudanças sociais, conceituais, políticas e ideológicas, as quais se fundamentaram no reconhecimento das Línguas de Sinais, iniciado com as pesquisas de William Stokoe na década de 1960, e na aceitação de que os surdos, falantes de Língua de Sinais formam uma minoria linguística e cultural (SACKS, 1998). Essas transformações possibilitaram a visibilidade e o

reconhecimento legal da Libras. E, por sua vez, viabilizaram sua presença nos espaços escolares e acadêmicos, inclusive como disciplina integrante da formação de professores e de fonoaudiólogos.

Considerando esse cenário de intensas mudanças em prol do uso e da difusão da Língua de Sinais, bem como em favor da educação da comunidade surda brasileira, neste texto, abordamos o processo de visibilização da Língua de Sinais no Brasil, enfocando seus impactos na formação atual de professores. Para tanto, tecemos uma reflexão sobre o processo histórico de reconhecimento da Libras e sobre a realidade vivenciada por duas universidades brasileiras, no que diz respeito à inclusão da disciplina na formação de professores, aos diversos aspectos sociais e acadêmicos que a envolvem e, também, à visão dos alunos sobre a Libras em sua formação.

A escolha dessas universidades, como base de nossas reflexões, a saber, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em Minas Gerais, decorre do fato de que os pesquisadores, autores deste texto, puderam acompanhar e vivenciar diretamente o processo de estabelecimento da Libras como disciplina em cursos de ambas as instituições. Esse aspecto favoreceu o acesso às informações, bem como à coleta e à análise dos dados, que fundamentam as reflexões tecidas a seguir.

Vale mencionar que os dados utilizados para a construção desse texto decorrem de documentos institucionais, tais como Planos de Ensino, e, também, da experiência e visão dos alunos de graduação diante da disciplina de Libras. No caso da UFES, apresenta-se um breve recorte dos relatos de alunos que foram reunidos por meio de uma investigação realizada pelo Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de Surdos (GIPLES/UFES/CNPq) e, no da UFJF, sistematizam-se os dados resultantes da aplicação de questionário aos alunos dos cursos de Pedagogia e de Letras.

Primeiras ações: o Ines, as associações e a Feneis

Os registros históricos demarcam a vinda de Huet (1822–1882) – surdo francês e professor de surdos – na segunda metade do século XIX, como um fato importante na história da Libras e da educação dos surdos brasileiros (ROCHA, 1997). Com o apoio do Imperador Pedro II, do Dr. Manoel Pacheco Silva, reitor do Colégio Pedro II, e de uma Comissão Inspetora chefiada pelo Marquês de Abrantes, Huet fundou, em 1857, no Rio de Janeiro, o Instituto

de Educação de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (PINTO, 2007). Conta-se que

para dar início ao trabalho, o Instituto, ainda não oficialmente criado, funcionou em salas do Colégio de Vassinon situado à rua Municipal nº 8. Com os auxílios da Comissão, Huet conseguiu as duas primeiras alunas surdas do Instituto, cujos nomes eram Umbelina Cabrita, de 16 anos, e Carolina Bastos, de 12 anos. Ambas eram naturais do Rio de Janeiro, tendo sido admitidas em 1º de janeiro de 1856, e recebiam uma pensão anual paga por Sua Majestade Imperial (PINTO, 2007, p.8).

É evidente que a história da Libras e da educação de surdos no Brasil está intimamente ligada à história do instituto. Moura ressalta que:

não foram encontrados dados que estabelecessem que o trabalho proposto e realizado por Huet seguisse a Língua de Sinais, mas, considerando-se que ele havia estudado com Clerc no Instituto Francês e que sua educação se deu através da Língua de Sinais, pode-se deduzir que ele utilizava os Sinais e a escrita, sendo considerado inclusive o introdutor da Língua de Sinais Francesa no Brasil, onde ela acabou por mesclar-se com a Língua de Sinais utilizada pelos surdos em nosso país (MOURA, 2000, p. 81 – 82).

Com a criação do Instituto, em 1857, os surdos brasileiros passaram a ter possibilidade de acesso à educação. Além disso, tiveram a oportunidade de se reunir e, portanto, de consolidar e de difundir a Libras, já que o INES recebia alunos, em regime de internato, vindos de várias partes do Brasil. Pode-se afirmar que um dos primeiros espaços públicos de uso e de difusão da Libras foi o Instituto. Entretanto, embora o Rio de Janeiro tenha sido, de certa maneira, o núcleo da educação de surdos no Brasil, no século XX, tornaram-se visíveis diversas ações em várias outras regiões brasileiras.

A trajetória política dos surdos brasileiros é marcada pela criação de associações em diversos municípios. Essas primeiras organizações fortaleceram as demandas da comunidade surda brasileira e passaram a expressar a resistência dos surdos às imposições sociais, ditas ouvintistas, e, também, a tornar possível a conquista de direitos por meio da mobilização e da ação

política, em especial o reconhecimento da Libras, como língua da comunidade surda brasileira.

Rangel (2004) explica que em São Paulo, por volta da década de 1950, antes de as associações de surdos serem fundadas, os surdos reuniam-se em alguns espaços públicos feitos de pontos de encontro, em confraternizações ou em reuniões para práticas esportivas. Esses agrupamentos de surdos foram comuns em diversas capitais e em grandes cidades brasileiras.

Segundo o relato de Antônio Campos de Abreu, o início de uma Associação de Surdos fundada exclusivamente por surdos, nos moldes do povo surdo de Paris, se deu pela viagem de um dos surdos que residia em Campinas, São Paulo, e costumava se encontrar com os grupos de surdos. Em viagem de passeio para a Argentina encontrou um grupo de surdos em Buenos Aires. Ele foi se informando sobre eles. Neste contato, ao constatarem que era um surdo brasileiro, convidaram-no a conhecer os surdos da Argentina. Uma surpresa o aguardava, os surdos tinham uma Associação de Surdos funcionando em Buenos Aires. Constatou que os surdos tinham espaço para se reunir e debaterem em associação. Terminada a viagem, o surdo de Campinas retorna ao Brasil e voltando ao lugar de encontro de bate-papo dos grupos surdos todos receberam com admiração a notícia. Através de apoio da diretoria da Associação de Surdos da Argentina foi possível transportar o método para o Brasil, assim foi possível a criação da Associação de Surdos de São Paulo, a primeira no Brasil no espírito do povo surdo de Paris (RANGEL, 2004, p. 51 – 52).

Após a fundação da Associação de Surdos de São Paulo, em 19 de março de 1954, outras associações foram surgindo pelo território nacional. Líderes surdos oficializaram a Associação dos Surdos do Rio de Janeiro, em 1955, a de Minas Gerais, em 30 de abril de 1956, e a Associação de Integração de Surdos de Vitória, no Estado do Espírito Santo, em 14 de janeiro de 1983. Após a articulação dos surdos em associações, algumas ações políticas começam a ser reivindicadas, principalmente, no que diz respeito à acessibilidade em Libras.

Outra importante instituição foi fundada em 1977 por um grupo de profissionais ouvintes ligados à área da surdez: a Federação Nacional de

Educação e Integração dos Deficientes Auditivos – Feneida (FENEIS, 1993, p. 5). Alguns anos após a fundação da federação, um grupo de surdos passou a se interessar pela entidade, participando de seus encontros e da recém-fundada Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos (RAMOS, 2004, p. 2). Essa comissão passou a reivindicar a participação efetiva dos surdos na Diretoria da Feneida. Assim, os surdos da comissão formaram uma chapa e conquistaram a presidência da entidade por um ano (FENEIS, 1993, p. 5). Souza escreve:

Ao lutarem pelos sinais, os surdos, organizados, se diferenciam, pela linguagem que defendem, do grupo majoritário usuário de uma outra linguagem: a oral. A partir dessa tomada de consciência, as divergências com profissionais ouvintes foram postas às claras e acabou por levar à posse, pelos surdos, da presidência da FENEIDA, [...] Simboliza uma vitória contra os ouvintes que consideravam a eles, surdos, incapazes de opinar e decidir sobre seus próprios assuntos e, entre eles, sublinha o papel da linguagem na educação regular. Desnuda, ainda, uma mudança de perspectiva, ou de representação discursiva, a respeito de si próprios: ao alterarem a denominação “deficiente auditivo”, impressa na sigla FENEIDA, para “Surdos”, em FENEIS, deixam claro que recusavam o atributo estereotipado que normalmente os ouvintes ainda lhes conferem, isto é, o de serem “deficientes” (SOUZA, 1998, p. 90 – 91).

Então, em 1987, a Feneida passou a se chamar Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – Feneis. Segundo Ramos (2004, p. 2), a criação da Feneis¹ deu-se por meio da ação de um grupo de surdos em uma

¹ “As entidades fundadoras da Feneis foram: Associação de Pais e Amigos do Deficiente da Audição - APADA/ Niterói - RJ, Associação dos Surdos de Minas Gerais - MG, Associação dos Surdos do Rio de Janeiro - RJ, Associação Alvorada Congregadora de Surdos - RJ, Associação dos Surdos de Cuiabá - MT, Associação dos Surdos de Mato Grosso do Sul - MS, Instituto Londrinense de Educação de Surdos - PR, Escola Estadual Francisco Sales - MG, Instituto Nossa Senhora de Lourdes - RJ, Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS - PR, Associação de Pais e Amigos do Deficiente da Audiocomunicação - APADA/ Marília - SP, Centro Educacional de Audição e Fala - DF, Associação do Deficiente Auditivo do Distrito Federal - DF, Centro Verbo-Tonal Suvag/ Recife - PE, Associação Bem Amado dos Surdos do Rio de Janeiro - RJ e Associação de

assembleia geral na qual se votou o fechamento da Feneida.

A Feneis constituiu-se como uma instituição não governamental, filantrópica, sem fins lucrativos, com caráter educacional, assistencial e sociocultural (FENEIS, 1993, p. 7). Suas metas principais são promover e ampliar a educação e a cultura do indivíduo surdo, amparar socialmente esse indivíduo, congregar e coordenar atividades junto às filiadas, associações, escolas e instituições da área da surdez, lutar pela melhoria de recursos educacionais e pela inclusão social dos surdos, organizar e participar de eventos na área da surdez.

A Feneis tem realizado diversas ações sociais e políticas, tais como inclusão de surdos no mercado de trabalho, assistência jurídica aos surdos, serviços de intérpretes de Libras-Português para acompanhar os surdos, quando necessário, serviços de informação e esclarecimento aos pais, aos educadores, às autoridades e ao público em geral, organização de cursos de Libras, capacitação de instrutores de Libras e de intérpretes e produção de publicações com assuntos de interesse da comunidade surda, dentre outras.

A história de formação da Feneis evidencia a emergência dos movimentos reivindicatórios organizados pelos surdos brasileiros em prol não somente do “direito de um ensino em Libras”, mas principalmente pelo direito de opinar e de decidir acerca de quaisquer questões políticas que envolvam os surdos. A formação da Feneis inaugurou um importante capítulo das relações políticas entre surdos e ouvintes e influenciou significativamente a educação de surdos no Brasil. Segundo Rangel,

desde o início, a FENEIS se constituiu em um espaço decisivo na vida dos movimentos surdos apresentando objetivos que lhe permitissem afirmar a representação na diferença surda. Se as associações tinham objetivos mais especificamente de lazer, a FENEIS buscava outros valores que se traduziam pela diferença dos surdos, tanto assim que a língua de sinais foi uma de suas iniciativas de pesquisa e de lutas. [...] Com o passar dos anos, a FENEIS cresceu e expandiu seu trabalho em nível de Brasil. Nas lutas pelos direitos surdos, pela educação e pela diferença, foi surgindo e solidificando a consciência surda. A partir desta tomada de consciência, a divergência com profissionais ouvintes entrou num processo de trocas, de divulgação da cultura diferente, processos

Pais e Amigos do Deficiente Auditivo/ APADA – DF” (RAMOS, 2004, p. 6 – 7).

que fizeram com que os tipos de correção da surdez, normalização, medicalização e de deficiência fossem gradualmente substituídos pelo conceito da diferença cultural (RANGEL. 2004, p. 54 – 55).

Vale ressaltar que, contrapondo-se à preponderância do método oral, a partir de 1880, o reconhecimento da Língua de Sinais tornou-se o ponto central da luta da Feneis e o símbolo por excelência da surdez (BRITO, 1993, p. 28). Diversas foram as conquistas posteriores à criação da Feneis, a mais importante de todas foi a oficialização e a regulamentação da Libras. Todavia essas conquistas representam apenas um primeiro passo na construção da cidadania surda. Portanto, a comunidade surda continua sua luta pela educação de surdos, pela acessibilidade e, inclusive, pelo mercado de trabalho.

O Instituto, as associações e a Feneis tornaram-se centrais no fortalecimento político da comunidade surda brasileira e na difusão e no reconhecimento da Língua de Sinais no Brasil. Com a fundação dessas instituições, diversas ações de impacto nacional com vistas à formação de professores em Libras, de instrutores e professores de Libras e de intérpretes de sinais e, por sua vez, objetivando promover o uso e a difusão da Libras no país, realizaram-se por meio de parcerias entre a Feneis e o Ministério da Educação (MEC).

Em 1997, foi publicada a primeira edição do livro *Libras e Contexto*, financiado pelo MEC/Secretaria de Educação Especial (SEESP)/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o qual serviu de material didático ao curso de capacitação de instrutores custeado pelo Ministério da Justiça – Subcordenadoria para a Integração das pessoas com Deficiência (CORDE) – e aos demais cursos de Libras oferecidos pela Feneis. Além disso, em 2001, foi implementado o Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos (2001 – 2003), o qual promoveu a capacitação de professores em Libras, a formação de instrutores de Libras e a capacitação de intérpretes, ampliando consideravelmente a difusão da Libras no Brasil e a sua presença na formação de professores.

Outro importante momento da difusão da Libras no Brasil e de sua presença na formação de professores, deu-se com o Programa Nacional “Interiorizando a Libras” (2004 – 2008), também, financiado pelo MEC/SEESP/FNDE. Esse programa foi realizado em parceria com as Secretarias de Educação e promoveu o oferecimento de cursos de Libras, de cursos de capacitação de instrutores de Libras e de intérpretes de Libras-Português e, também, de cursos para os professores de ensino de Língua Portuguesa para surdos.

A visibilidade e o reconhecimento da Libras na região sudeste e no Brasil

Vimos que, ao longo da década de 1990, uma das prioridades que os movimentos surdos estabeleceram foi o reconhecimento da Língua de Sinais. E várias foram as estratégias adotadas para tornar pública a Libras. Essas ações ocorreram nos âmbitos municipal, estadual e nacional, consolidando-se em leis que, por exemplo, reconheceram a Libras “como meio de comunicação objetiva e de uso corrente” da comunidade surda.

A primeira Lei de reconhecimento da Libras, na região sudeste, foi a Lei nº. 10.379, promulgada em Minas Gerais, no dia 10 de janeiro de 1991. Além de reconhecer a Libras como língua da comunidade surda, ela estabeleceu o uso e a difusão da Língua de Sinais em suas produções audiovisuais, a presença de intérprete nas repartições públicas e a inclusão da Libras “no currículo da rede pública estadual de ensino”, nos “cursos de magistério e formação superior nas áreas de ciências humanas, médicas e educacionais” e nas “instituições que atendem ao aluno com deficiência auditiva” (MINAS GERAIS, 1991).

Em 25 de março de 1996, no Espírito Santo, promulgou-se a Lei nº. 5.198, que reconheceu a Libras e estabeleceu a presença de intérpretes nas repartições públicas. Com a mesma proposta de reconhecimento oficial da língua da comunidade surda, promulgaram-se a Lei nº. 3.195, em 15 de março de 1999, no Rio de Janeiro, e a Lei nº. 10.958, em 27 de novembro de 2001, em São Paulo. Enquanto a lei do estado do Rio de Janeiro estabelece a promoção da acessibilidade dos surdos aos órgãos da administração pública por meio da Libras, a Lei paulista não propõe nenhuma ação em relação ao uso e à difusão da Libras ou à acessibilidade dos surdos às entidades públicas.

Consolidando esse movimento de reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, é promulgada em 24 de abril de 2002 a Lei nº. 10.436. Essa lei cita a garantia de formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão da Libras, ressalta a garantia de atendimento e de tratamento adequados às pessoas com deficiência auditiva nos serviços públicos de assistência à saúde e estabelece a inserção da Libras no sistema educacional, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002).

Em 22 de dezembro de 2005, o Decreto nº. 5.626, que regulamenta a Lei nº. 10.436/02 e o artigo 18 da Lei nº. 10.098/00, estabeleceu a inclusão

da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. Portanto,

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste decreto (BRASIL, 2005).

Como podemos perceber, o Decreto tornou obrigatória a inserção curricular da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores em seus diversos níveis e na fonoaudiologia. Nesse sentido, a Pedagogia e as demais licenciaturas tornam-se responsáveis pela inclusão da disciplina de Libras em seus currículos. E a Libras torna-se uma disciplina optativa nos demais cursos de formação superior.

O Decreto nº. 5.626, além de tornar obrigatória a Libras como disciplina curricular, também dispõe acerca de prazos para que essa inserção ocorra.

Art. 9º A partir da publicação deste Decreto, as instituições de ensino médio que oferecem cursos de formação para o magistério na modalidade normal e as instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou formação de professores devem incluir Libras como disciplina curricular, nos seguintes prazos e percentuais mínimos: até três anos, em vinte por cento dos cursos da instituição; até cinco anos, em sessenta por cento dos cursos da instituição; até sete anos, em oitenta por cento dos cursos da instituição e dez anos, em cem por cento dos cursos da instituição (BRASIL, 2005).

Entretanto, após cerca de nove anos da implementação do decreto, percebemos, em todo o Brasil, que os prazos, como citados acima, não vem sendo devidamente cumpridos. Embora diversas instituições já tenham inserido a disciplina em suas matrizes curriculares, muitas delas não a disponibilizaram a todas as suas licenciaturas. De qualquer maneira, é interessante dizer que algumas instituições têm oferecido a disciplina como optativa em cursos que não são de licenciatura e, nem mesmo, de Fonoaudiologia.

Vale mencionar que, devido à exclusão, por longo tempo, dos surdos do processo de escolarização e, por conseguinte, do ensino superior, vários deles não são contratados pelas instituições de ensino superior por não possuírem formação adequada, mesmo que o decreto preveja a prioridade deles em assumir a disciplina. Esse fato tem feito com que, por todo o Brasil, vários professores ouvintes assumam a disciplina de Libras, sendo que muitos não possuem fluência e nem formação adequada em Libras. Além disso, somente no segundo semestre de 2010 a primeira turma de graduação da licenciatura em Letras-Libras, com número significativo de alunos surdos, concluiu o curso.

A disciplina de Libras na Universidade Federal do Espírito Santo

O Estado do Espírito Santo abriga apenas uma universidade federal², a UFES, com noventa e quatro cursos de graduação distribuídos em quatro *campi*, sendo vinte e nove deles (incluindo os cursos ofertados na modalidade a distância), licenciaturas. Apesar de a disciplina de Libras iniciar, primordialmente, nos cursos de formação de professores, uma vez que é uma disciplina obrigatória, ela vai tomando espaço em outros *campi*, de outros modos, transformando seu estudo em uma área de pesquisa e de atuação de professores e de profissionais de diferentes áreas.

No *campus* de Goiabeiras, *campus* principal onde se localiza a reitoria e todos os prédios ligados à administração e à maioria dos cursos e das licenciaturas, estão lotados três professores de Libras, responsáveis por atender a demanda colocada. Na UFES, a disciplina tem sessenta horas e atende de forma estrangulada a demanda dos cursos de licenciatura em que ela é considerada obrigatória.

² Vale ressaltar que as faculdades particulares também ministram essa disciplina. Mas aqui o recorte ficará por conta da experiência da universidade federal.

Há uma professora de Libras lotada no *campus* de Maruípe (em Vitória/ES), onde fica o Hospital Universitário e os cursos ligados à área da saúde, a fim de atender a obrigatoriedade da disciplina no curso de Fonoaudiologia. A disciplina também é ofertada para todos os outros sete cursos da área da saúde (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional) como disciplina optativa, levando, assim, os profissionais daquele espaço a refletir sobre a atenção à saúde do sujeito surdo e sobre a importância da comunicação para que ele tenha acesso às políticas de saúde, sem que sua procura por saúde esteja relacionada ao fato da existência de uma surdez como materialidade inscrita no corpo, mas por ser um cidadão, com uma língua específica que necessita de atendimento básico.

Já nos *campi* de Alegre (sul do Estado) e de São Mateus (norte do Estado), a disciplina de Libras foi implementada recentemente e também possui a carga horária de sessenta horas, com um professor em regime de dedicação exclusiva em cada um desses *campi*.

Mesmo atendendo a cursos diferenciados, a ementa da disciplina de Libras é única para todos os *campi* da Universidade, só muda na modalidade a distância (EaD) em que a disciplina também é ofertada nas licenciaturas pelo Núcleo de Educação à Distância (NEaD). Segue a ementa da disciplina nas duas modalidades:

QUADRO 1
Ementa da Disciplina de Fundamentos da Libras

MODALIDADE	EMENTAS
Presencial	A língua de sinais. A representação social dos surdos. A cultura surda. A identidade surda. Sinais básicos para conversação
EaD	Ensino, aplicação e difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. Trajetória histórica da Língua Brasileira de Sinais – fundamentos da LIBRAS. Fundamentos da LIBRAS como fator de inclusão social da pessoa surda. Fundamentos da LIBRAS no contexto da legislação e educacional. O ensino de fundamentos da LIBRAS. Introduzir o ouvinte à Língua Brasileira de Sinais (Fundamentos da LIBRAS) e à modalidade diferenciada para a comunicação (gestual-visual). Criar oportunidades para a prática de fundamentos da LIBRAS e ampliar o conhecimento dos aspectos da cultura e do mundo surdo.

Fonte: Planos das disciplinas.

A primeira ementa foi feita em um primeiro momento com o objetivo de tentar privilegiar os estudos que estavam em destaque na época (ano de 2006). São temas gerais que trazem a possibilidade de cada professor pensar naquele assunto, bem como na condução de suas aulas de acordo com sua maior implicação com as temáticas e com seus estudos e produções que variam de foco na tradução, na linguística e nas políticas educacionais. Porém, nunca perdendo de vista o uso da língua por meio da conversação.

A segunda ementa já foi feita em outro momento, tentando abarcar mais assuntos e ser mais explicativa. Privilegia os estudos e o uso da Libras a fim de discutir a inclusão dos sujeitos surdos, tanto a escolar quanto a social. Apesar de citar a ementa do ensino a distância, já que há também a oferta dessa disciplina nessa modalidade, o foco deste artigo é a Libras na modalidade presencial.

Por mais que os professores de Libras utilizem de uma mesma base para as aulas, (ou seja, do uso da Libras de forma comunicativa), a condução delas se dá de diferentes modos. E a prioridade dos professores de Libras na UFES é atender as demandas das turmas: por exemplo, a abordagem que é dada à disciplina em uma turma de Fonoaudiologia é diferente de uma abordagem dada à disciplina em uma turma de Letras-Português, Letras-Inglês ou mesmo em uma turma de Medicina.

Ainda que se discuta sobre uniformizar o trabalho da disciplina, há a percepção do grupo de professores de que fazer projetos diferenciados de trabalho, atendendo às demandas dos alunos e dos futuros profissionais e às próprias necessidades dos cursos, tem dado um resultado positivo, tirando a disciplina do lugar comum de ser apenas instrumental ou de apenas ter o objetivo de sensibilizar os alunos. É um desafio constante para os professores de Libras perceberem essas demandas e estarem em constante contato com os colegiados dos cursos em que a disciplina é ofertada.

E, por fim, vale ressaltar que a experiência da UFES vem mostrando que o trabalho conjunto e interdisciplinar é muito positivo. Sempre há trocas entre professores, encontros de alunos de Libras com palestrantes diferentes, propiciados em parcerias com os centros e departamentos, e contato com as comunidades surdas. Sem contar que a interdisciplinaridade dessa disciplina é salutar para conseguir os fomentos financeiros dos órgãos financiadores.

A fim de garantir as ações de forma coletiva, o programa de extensão, denominado Grupo de Estudos Surdos, conseguiu, por meio de ações de extensão, fomento financeiro para que os projetos dos professores nos di-

versos *campi* possam ser encaminhados satisfatoriamente. A flexibilidade da disciplina de Libras é potência para garantir ações diversas e coletivas como projetos de pesquisa com bolsistas de iniciação científica e monitorias envolvendo os alunos da graduação no tripé: ensino-pesquisa-extensão.

Vale ressaltar que, com a implantação do curso de Letras-Libras presencial, no Departamento de Línguas e Letras, novas vagas serão ofertadas e a Libras ganhará outro espaço na universidade. Com isso, o acesso do sujeito surdo e o fortalecimento da formação de intérpretes de Libras na universidade ganhará outro fôlego.

Mediante esse panorama da disciplina na UFES, vale aqui ressaltar seu impacto na comunidade universitária de modo geral e, principalmente, na formação inicial dos professores e dos outros profissionais, bem como os trabalhos e projetos implantados a partir da presença de professores da área na universidade.

A Libras e a formação inicial de professores no Estado do Espírito Santo: da legislação à experiência

Em nosso tempo, temos enunciado diferentes formas de analisar a educação de surdos em diferentes campos. Temos falado de surdos, Libras, inclusão, Atendimento Educacional Especializado de forma contundente, principalmente, no campo educacional. Por isso, novas formas de pensar a formação de professores de surdos acabam tomando contornos diversos.

No Estado do Espírito Santo, o discurso da inclusão vem trazendo a discussão da educação bilíngue em seu bojo. Segundo Vieira-Machado:

A ideia de educação inclusiva chegou ao Estado do Espírito Santo trazendo a educação bilíngue no discurso, até mesmo como forma de controle dos movimentos surdos que se estabeleciam em todo o país em prol do respeito ao uso da Língua de Sinais na escola (Vieira-Machado, 2010, p. 46).

Vieira-Machado, em seu texto, pontua sobre a formação de professores de surdos no Estado do Espírito Santo, alegando que as representações sobre surdos e sobre surdez pautam as discussões com a intenção de formar pensamentos e representações específicas. Por isso, a autora pergunta:

Então, como pensar os movimentos de formação de professores na história da educação de surdos, no Estado do Espírito Santo, que há tão pouco tempo tem aceitado a ideia de uma educação bilíngue, muito mais por força de lei, decretos e determinação governamental? (VIEIRA-MACHADO, 2010, p. 46)

Com o emergir da política de educação para todos, a Língua de Sinais passa a fazer parte das discussões educacionais das pessoas surdas. O saber sobre os surdos, a Libras e as práticas bilíngues, passam também a ser parte da educação especial (que outrora eram saberes somente possuídos pelos que faziam parte dos movimentos surdos e das associações) e, assim, se cria outra racionalidade instituída que corrobora a figura do surdo no espaço discursivo das deficiências. Quando se pensou que mudanças seriam prerrogativas fundamentais, foi-se percebendo que o discurso não muda tanto a prática.

Novas formas de pensar o sujeito surdo fazem parte das formações dos professores e a Libras passa a ser condição fundamental nestes espaços: tanto dos especialistas quanto dos professores regentes da sala de aula regular. Com a política de inclusão do MEC, a figura do especialista passa aos poucos a ser substituída pelo professor regente que deve “dar conta” de todas as disciplinas e das “especificidades da diversidade”. Nesse projeto de inclusão, a disciplina de Libras como obrigatória na formação de professores de acordo com a legislação atual desloca o objeto de “desejo” pelo surdo para a Libras, desvinculando muitas vezes um e outro.

Segundo Vieira-Machado (2010), quando a formação foi mudando o teor da discussão, os cursos mais voltados para um discurso clínico foram sendo substituídos por cursos de Libras que se proliferaram de forma contundente pelo Estado.

Aos poucos, o curso oralista passou a ser substituído pelo curso de 120 horas de Libras. Porém, por se tratar de um curso de uma língua como a Língua de Sinais, o tempo era insuficiente para que esse professor a adquirisse e que realmente garantisse o lugar da diferença surda na educação (VIEIRA-MACHADO, 2010, p. 54).

Sendo os cursos de Libras ofertados tanto pelo poder público quando por cursos particulares com uma carga horária de no mínimo 120 horas e ainda

não dando conta da necessidade linguística apresentada, pode-se concluir que as aulas dadas na disciplina com carga horária de sessenta horas também se torna insuficiente para suprir a demanda criada pelo projeto de inclusão.

Diante de tal constatação, levantam-se perguntas como: o que então trabalhar em carga horária tão exígua? Qual seria a finalidade da disciplina Libras diante dessa demanda?

Então podemos discutir o que o plano de ensino na UFES traz. Por se tratar de um único plano de ensino com apenas uma ementa para TODOS os cursos da universidade, cada professor dá o tom que melhor se apresenta à turma ou ao curso em que está inserido. Com a possibilidade de trabalhar temas diversos em uma carga horária exígua, as aulas sempre são divididas entre práticas e teóricas, quando se faz possível. As aulas teóricas, muitas vezes, abordam temáticas como história da educação de surdos, políticas educacionais na área da surdez, além de pesquisas com temáticas variadas na área da surdez e relacionadas às práticas pedagógicas. As aulas práticas envolvem, muitas vezes, a introdução à linguística, vocabulário e diálogos variados.

O percurso dessa disciplina transita entre a invisibilidade e a visibilidade, o descolamento dos discursos, haja vista que antes o discurso era: “não se ouvia falar sobre”, “ninguém sabe sobre”, “não aprendemos isso na faculdade” etc. Então, pensar a inclusão de Libras na grade curricular enquanto possibilidade, o que pode ser considerado um avanço no cenário nacional ao afirmarmos as possibilidades de problematização da diferença em diversas áreas do conhecimento – os cursos de formação de professores, as licenciaturas – também nos faz debruçar em práticas pedagógicas mais coerentes com esses sujeitos que por tanto tempo ficaram fadados à invisibilidade.

Sem contar que, no projeto de inclusão posto, a disciplina tem o papel do agenciamento da formação dos professores para o “lidar com a diversidade”. Por isso, a não preocupação de forma incisiva com sua carga horária e com o compromisso com os anseios dos movimentos surdos que sonhavam com sua implantação.

A partir dos dados produzidos no projeto de pesquisa de iniciação científica intitulada: *A disciplina Libras na universidade: espaço de formação* parte da pesquisa maior *Formação de Professores de Surdos: mudanças históricas e propostas atuais*³, vale apontar aqui a experiência dos alunos

³ Pesquisa realizada pelo Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Libras e Educação de

de graduação diante da disciplina a partir das suas falas e apontamentos. A metodologia de pesquisa utilizada pela aluna se tratava das narrativas dos alunos antes e após as aulas da disciplina Libras com a intensão clara de definir pontos de mudança a partir das experiências vividas nas aulas.

Esta pesquisa partia da hipótese de que a oferta dessa disciplina causa um impacto sobre os estudantes dos diversos cursos. Neste artigo, escolhemos trazer como recorte da pesquisa alguns relatos dos estudantes do curso de Pedagogia da UFES. Estes relatos foram postados no *blog*: <http://experienciasememoriascapixabas.blogspot.com>.

Entendendo a experiência, segundo Larrosa (2002), como algo que nos passa, que nos toca e não como algo que passa por nós, vale a pena relatar como foi a vivência dos alunos desse curso na disciplina.

Antes de a disciplina de Libras ser trabalhada, falas como as abaixo descritas eram comuns entre os alunos, segundo seus próprios relatos:

Pensava como as pessoas eram diferentes e como elas me causavam pena em algumas situações por não poderem fazer coisas que eu fazia.

Antes de ter as aulas de libras, tinha uma visão preconceituosa em relação aos surdos. Tinha uma visão limitada sobre a questão da surdez e a Libras.

Tinha curiosidade principalmente com a Libras, mas também tinha receio em me comunicar por não saber. Por isso quando via um surdo vindo em minha direção fugia, fingia que não via.

Em relação ao surdo, é um mundo que sempre me senti exclusiva. Não tinha preconceito, me sentia afastada pela ausência de comunicação.

E posteriormente à disciplina, as falas dos próprios alunos já mudava a configuração:

Não consigo mais ver uma pessoa surda como deficiente.

Surdos (GIPLES/UFES/CNPq).

Reconhecê-los como sujeitos, alguém que produz cultura, que tem uma história e uma forma diferente de ser e estar no mundo.

Passei a enxergar a língua de sinais como uma língua que caracteriza um grupo e uma cultura própria dos surdos e não apenas como um conjunto de gestos que servem para comunicar algo.

“Descobri” que os surdos têm sentimentos de angústias, frustrações, alegrias e que são como qualquer outro SER HUMANO – ouvintes ou não.

Há outras formas de se comunicar. Descobri que ser surdo não significa ser mudo.

Mesmo que a disciplina de Libras faça parte de um sistema e de um projeto maior de inclusão, determinado pelas políticas públicas, originalmente sua existência está relacionada à luta dos movimentos surdos no Brasil em busca do reconhecimento de sua língua e de políticas linguísticas que reconheçam os surdos como minoria linguística, como apresentado anteriormente.

Por isso, as falas dos alunos de sua mudança de pensamento ao longo dos estudos da referida disciplina mostra que utilizar a exígua carga horária para formação de outro pensamento é um dos maiores desafios enfrentados pelos professores dessa disciplina.

A disciplina Libras nas universidades federais mineiras

Diferentemente do Espírito Santo, o estado de Minas Gerais possui onze universidades públicas federais: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Muitas dessas universidades ofere-

cem cursos na educação a distância e, assim como a UFES, possuem mais de um *campus* de ensino presencial, o que amplia significativamente o seu alcance geográfico.

QUADRO 2
As universidades e seus professores de Libras⁴

Universidade	Professores de Libras
UFJF	1 professor ouvinte
UFJVM	1 professor surdo
UFLA	Sem professor concursado
UFMG	3 professores ouvintes
UFOP	3 professores ouvintes
UFSJ	1 professor ouvinte
UFTM	1 professor surdo
UFU	7 professores surdos e 3 ouvintes
UFV	1 professor surdo e 2 ouvintes
UNIFAL	Sem professor concursado
UNIFEI	1 professor ouvinte

Fonte: Dados dos autores.

Devido, dentre outros, ao número insuficiente de professores que possuem, atualmente, algumas das instituições públicas federais mineiras ainda não conseguiram oferecer a disciplina de Libras em todas as suas licenciaturas e/ ou em seu curso de Fonoaudiologia. Vemos que, ainda hoje, existem instituições públicas federais, por todo o Brasil, que não estão em conformidade com o estabelecido pelo Decreto nº. 5.626, no que se refere aos prazos para o oferecimento da disciplina de Libras. Vale dizer que, em algumas dessas instituições, a disciplina de Libras também é oferecida *on-line*, inclusive para alunos dos cursos presenciais, como uma maneira de ampliar o seu alcance quantitativo e, assim, cumprir o Decreto.

⁴ Diversas dessas instituições estão abrindo editais para a contratação de novos professores de Libras. Portanto, dentro de pouco tempo essa realidade estará completamente alterada e o número de professores de Libras, surdos e ouvintes, aumentará consideravelmente. Assim como a UFES, a UFU e a UFJF estão abrindo cursos de formação específica em Libras, respectivamente, a Licenciatura Português-Libras e a Licenciatura em Letras-Libras.

Um breve olhar sobre a realidade da disciplina nos contextos capixaba e mineiro, permite-nos perceber que os professores da disciplina de Libras têm perfis diversos, com graduação, especialização, mestrado e doutorado em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, o conteúdo da disciplina varia significativamente de instituição para instituição, contemplando questões diversas que vão desde temas relacionados à educação de surdos até temáticas específicas da linguística de Línguas de Sinais. Como apresentado acima, no caso da UFES, a disciplina assume inclusive configurações diferenciadas em uma mesma instituição de acordo com o perfil de cada professor, com o caráter do curso em que ela se insere e com as demandas específicas de cada turma ou realidade. Embora a disciplina não possua um conteúdo legalmente definido, espera-se que ela proporcione o contato dos alunos com a Libras e não somente com questões teóricas que envolvem a surdez e as Línguas de Sinais.

A Libras e a formação inicial de professores na Universidade Federal de Juiz de Fora: da legislação à experiência

A despeito da diversidade que marca o oferecimento da disciplina de Libras nas universidades públicas federais brasileiras, consideramos que o conhecimento da realidade de algumas instituições nos permite melhor compreender o que tem ocorrido atualmente na implantação da disciplina nos cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia por todo o País. A situação da UFES, apresentada acima, evidencia a importância da disciplina de Libras na formação de futuros profissionais. Ao trazer para o contexto acadêmico as discussões da área da surdez e da Língua de Sinais, a disciplina proporciona uma série de transformações e podemos, inclusive, afirmar que o seu oferecimento passa a “produzir uma política de significações que gera um outro mecanismo de participação dos próprios surdos no processo de transformação pedagógica” (SKLIAR, 1998, p. 14).

Com o intuito de refletir um pouco mais sobre os diversos aspectos que envolvem a disciplina, aplicamos um questionário aos alunos da disciplina de Libras dos cursos de Pedagogia e de Letras da UFJF, com o intuito de conhecermos, por amostragem, a maneira como esses alunos veem a disciplina e, assim, podermos tecer reflexões sobre como a disciplina de Libras, com sessenta horas, influencia a formação desses alunos. O questionário

trazia perguntas sobre o contato com a Libras, antes da disciplina; o conhecimento da Libras e do campo da surdez, após a disciplina; a importância atribuída à Libras para a formação e o interesse de atuar na área da surdez, após a formação. Cinquenta alunos responderam ao questionário, no segundo semestre de 2012: trinta alunos na disciplina oferecida à licenciatura em Letras e vinte alunos na disciplina oferecida à Pedagogia. Nessa instituição, temos também projetos de pesquisa, envolvendo a Libras na educação de surdos, ações e projetos de extensão visando à formação em Libras, inclusive de alunos da área de saúde. Vejamos a ementa e os objetivos da disciplina.

QUADRO 3
Ementa e objetivo(s) da disciplina

EMENTA	OBJETIVOS
<p>Desenvolvimento, em nível básico, das habilidades de compreensão e expressão necessárias à comunicação com surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Introdução ao estudo das visões sobre surdez e sobre a educação de surdos. Conhecimentos básicos sobre os fundamentos linguísticos da Libras. Estudo de aspectos culturais dos surdos brasileiros e suas implicações educacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Conhecer os fundamentos linguísticos da Língua de Sinais Brasileira e desenvolver as habilidades mínimas necessárias para a compreensão, expressão e comunicação nessa língua. - Refletir acerca dos fundamentos da educação bilíngue de surdos em relação às propostas e as perspectivas atuais da educação especial e da educação inclusiva. - Refletir criticamente sobre a ação das escolas inclusivas e especiais e sobre as diferentes visões clínico-terapêuticas e sócio antropológicas que orientam essa ação. - Caracterizar a surdez e suas especificidades, em relação aos aspectos clínicos, sócio antropológicos, culturais e linguísticos. - Abordar aspectos teóricos e práticos importantes ao processo de ensino aprendizagem das pessoas com deficiência auditiva e dos surdos sinalizadores. - Desenvolver e/ou aperfeiçoar os conhecimentos e as habilidades necessárias à atuação do licenciado na educação especial e inclusiva de surdos.

Fonte: Plano da disciplina.

Observamos que, assim como na ementa das disciplinas de Libras da UFES, há uma preocupação em abordar questões culturais, sociais e de identidade que envolvem os surdos e a surdez e, também, em trabalhar a Libras com vistas à interação. Independente da diversidade de temáticas e de abordagens enfatizadas na disciplina por todo o Brasil, acreditamos que

o ensino de Libras para a comunicação com seus falantes é seu elemento central. De qualquer maneira, a carga horária exígua só permite que os alunos tenham um contato básico e superficial com a Língua de Sinais e que, portanto, não desenvolvam fluência suficiente para uma interação satisfatória em Libras.

Ao perguntarmos aos alunos sobre o seu contato com a Libras, vimos que quase 90% deles tiveram o seu primeiro contato direto com a Libras na disciplina oferecida na instituição. Dos cinquenta alunos respondentes, somente sete deles já conheciam a língua. De qualquer maneira, todos os sete afirmaram que o contato foi muito superficial e que não aprenderam a se comunicar em Libras. Isso demonstra a importância da disciplina de Libras para a difusão dessa língua, para a conscientização da sociedade acerca de quem são os surdos e da língua que utilizam. Como já dissemos acima, mesmo que a disciplina não seja suficiente para que os alunos tornem-se falantes de Libras, ela é desencadeadora de um processo de transformação de mentalidade, pois o espaço de estudos, reflexões e debates proporcionado pela disciplina possibilita que novas representações sobre o surdo e a surdez sejam difundidas e ressignificadas.

Questionamos aos alunos sobre como definiriam Libras, antes e depois da disciplina, com o objetivo de sabermos o que mudou em suas concepções acerca da surdez. Como são muitos questionários, fizemos uma síntese das respostas dos alunos considerando os pontos comuns. Assim, o quadro abaixo representa a síntese geral, construída a partir das respostas dadas pelos alunos.

QUADRO 4
Libras antes e depois da disciplina

Curso	Libras – antes da disciplina	Libras – depois da disciplina
Pedagogia	<ul style="list-style-type: none"> - Uma linguagem ou mímica utilizada pelos surdos-mudos, que possibilita a tradução do português para os surdos. - Uma língua usada apenas pelos surdos, única no mundo inteiro. - Uma forma de comunicação utilizada pelos surdos que se resume apenas ao alfabeto manual. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uma Língua Brasileira de Sinais que é completa, que proporciona comunicação entre as pessoas (surdos e ouvintes), uma língua gesto-visual, que proporciona o desenvolvimento linguístico, cognitivo, cultural, além da construção de uma identidade própria.

Letras	<ul style="list-style-type: none"> - Um tipo de linguagem muito difícil. - Uma língua que apenas surdos e especialistas tinham que aprender e usar, algo muito distante da nossa realidade. - Uma forma de comunicação por meio de sinais formada apenas pelo alfabeto manual e muito difícil. - Um emaranhado de gestos e mímica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Língua oficial brasileira, completa, como qualquer outra língua, indispensável ao ensino (em todos os níveis), necessária a todos (surdos e ouvintes) e essencial para prática da educação inclusiva.
--------	--	---

Fonte: Dados dos questionários.

Podemos perceber que alguns alunos consideravam a Libras mera linguagem usada por pessoas com surdez, outros demonstraram já possuir o conhecimento de que é uma língua, alguns a consideravam uma forma de comunicação e a viam apenas como um conjunto de gestos e mímica.

De forma geral, após a disciplina, os alunos são unânimes ao afirmar que a Libras é uma língua completa e importante ao estabelecimento da interação entre surdos e ouvintes. Diante disso, percebemos que os alunos compreenderam a Libras como uma língua reconhecida oficialmente e de suma importância ao processo educacional dos surdos. Vejamos algumas respostas.

Língua de sinais brasileira, utilizada na modalidade espaço-visual, a fim de ampliar as competências comunicativa, linguística e cognitiva dos surdos. Constitui ainda um fator aglutinante da comunidade surda. (Aluno de Pedagogia)

Uma língua de fato que hoje reconheço que além da interação entre os surdos por meio dessa língua, estão envolvidos outros aspectos, como o desenvolvimento linguístico, cognitivo, cultural, além da construção de uma identidade própria. (Aluno da Pedagogia)

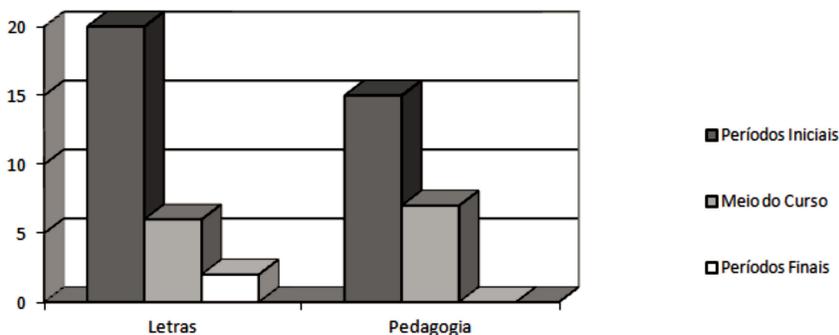
Língua natural, sujeita também a variações regionais e outras. Possui o mesmo status que qualquer outra língua. Ela é completa. (Aluno de Letras)

Hoje entendo a Libras como sendo a língua utilizada pelos surdos que possui o mesmo status linguístico que a Língua Portuguesa, e que por ser um língua viva possui características semelhantes às da orais como também características próprias da modalidade gesto-visual. (Aluno da Letras)

Perguntamos aos alunos se consideravam a disciplina essencial à sua formação. Quase 100% dos alunos consideram a disciplina de Libras importante à sua formação. Dos cinquenta alunos que responderam ao questionário, apenas um aluno de Letras considera que a disciplina não é importante à sua formação. Ele justifica com o seguinte: “acredito que seja importante, mas não essencial na minha área”.

Também, questionamos aos alunos quanto ao período do curso em que consideravam mais adequado o oferecimento da disciplina de Libras, para tanto, de modo a facilitar a visualização dos dados obtidos, fizemos a seguinte categorização: períodos iniciais (1º ao 3º), meio do curso (4º ao 6º) e períodos finais (7º e 8º). Representamos suas respostas no gráfico abaixo.

GRÁFICO 1
Período que a disciplina Libras deve ser oferecida



Fonte: Dados dos questionários.

Ao observarmos o gráfico, podemos perceber que a maioria dos alunos considera que a disciplina de Libras deve ser oferecida no início ou no meio do curso. Vale esclarecer que os alunos da Pedagogia estavam no sexto perí-

odo e os da Letras no quinto, ou seja, já haviam cursado mais de cinquenta por cento da graduação. Esse fato evidencia que os alunos consideram que quanto antes tiverem acesso à Libras, melhor aproveitarão o conhecimento proporcionado pela disciplina em sua formação.

Outro aspecto interessante é em relação à compreensão de quem é o surdo. Com o objetivo de saber qual a concepção que os alunos tinham dos surdos após a disciplina, pedimos que os alunos completassem a frase “O surdo é alguém que...”. Para apresentarmos as respostas, fizemos uma síntese do que foi dito pelos alunos, considerando os termos de maior incidência.

QUADRO 5 Quem é o Surdo?

Curso	O Surdo é alguém que...
Pedagogia	<ul style="list-style-type: none"> - Não ouve, mas se comunica com facilidade; é alguém como todos nós. - É uma pessoa normal que pode se comunicar com qualquer pessoa através da Libras e merece ser respeitado como qualquer pessoa. Quem define os tipos de deficiência é o preconceito, o que não deveria acontecer, pois todos nós temos nossas limitações.
Letras	<ul style="list-style-type: none"> - Não escuta e é um sujeito capaz de construir uma identidade, fala uma ou mais línguas, desenvolve tanto cognitiva quanto linguisticamente, utiliza a Libras e faz parte da comunidade surda. - Não ouve, têm direitos e deveres como qualquer um e precisa ter a Libras como primeira língua.

Fonte: Dados dos questionários.

Ao observarmos o QUADRO 5, percebemos que os alunos entendem que os surdos possuem modos de ser, pensar e agir específicos, reconhecidos em suas particularidades. De igual modo, reconhecem a Língua de Sinais como central na constituição dessa minoria linguística surda. No geral, as opiniões são mais voltadas à perspectiva sócio antropológica, a um olhar cultural da surdez.

Com isso, podemos perceber que os cursos de Letras e de Pedagogia, nos quais a disciplina de Libras é obrigatória, os alunos têm suas respostas embasadas na visão sócio antropológica. Esse fato pode tanto ser atribuído à área em que os cursos se localizam, quanto ao trabalho desenvolvido pelo professor da disciplina.

QUADRO 6
Língua Portuguesa para Surdos

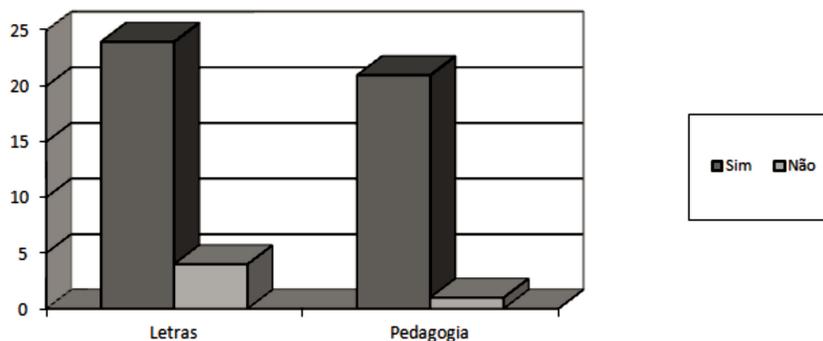
Curso	Língua Portuguesa para Surdos
Pedagogia	- O Português escrito deve ser ensinado ao aluno através da língua de sinais, dentro de uma proposta bilíngue, na qual seria considerado a segunda língua, e como primeira língua a língua de sinais, para que o aluno surdo tenha um maior aproveitamento do aprendizado.
Letras	- O Português escrito deve ser ensinado em Libras como primeira língua, para melhor compreensão, com profissionais capacitados e recursos visuais.

Fonte: Dados dos questionários.

Observando o QUADRO 6, podemos perceber que os alunos da instituição consideram que o português, na modalidade escrita, deve ser ensinado por meio da Libras por profissionais capacitados e por meio de recursos visuais, com uma proposta bilíngue para um melhor aproveitamento na aprendizagem.

Sobre o interesse em prosseguir no aprendizado da Libras e/ou atuar na educação de surdos, obtivemos o seguinte:

GRÁFICO 2
Interesse em Libras e Educação



Fonte: Dados dos questionários.

Percebe-se que 90% dos alunos têm interesse em manter o aprendizado da Libras e/ou atuar na educação de surdos. Dos cinquenta alunos que responderam ao questionário, somente cinco deles não tem interesse em continuar o aprendizado da Libras. Desses, quatro alunos justificaram sua resposta.

QUADRO 7 Respostas negativas sobre o interesse em aprender Libras

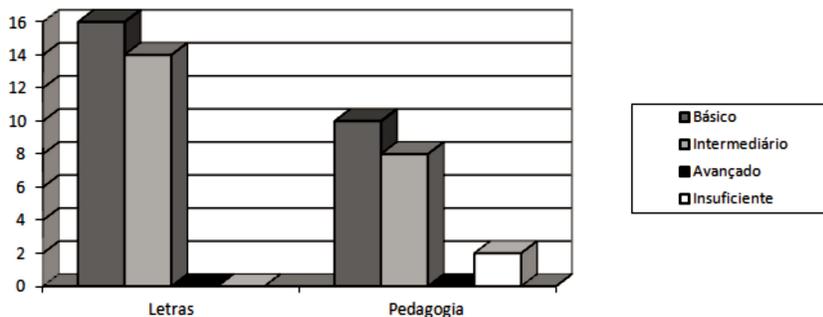
Letras
<i>Aluno 01</i> Não. Já sei o básico de Libras e é o suficiente para mim.
<i>Aluno 02</i> Não. Não quero atuar com Libras, não tenho vocação.
Pedagogia
<i>Aluno 03</i> Não. Não quero. Pretendo seguir em outra área, que não a inclusão.
<i>Aluno 04</i> Não. Se precisar de apoio, poderei contar com intérpretes.

Fonte: Dados dos questionários.

Percebemos pelas respostas, que o não interesse pela continuidade no aprendizado da Libras e o não desejo de seguir na educação de surdos devem-se a escolhas profissionais pessoais.

Diante dessa análise geral, percebemos não só na formulação dos objetivos, mas também nas respostas dos alunos, que a disciplina em questão parece estar mais envolvida nos assuntos que tangem à educação de surdos do que propriamente no ensino de Libras. Portanto, vejamos como os alunos consideram seu conhecimento no que diz respeito à educação de surdos, após a disciplina de Libras. Suas respostas foram expressas conforme mostra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 3
 Conhecimento da Educação de Surdos, após a disciplina de Libras



Fonte: Dados dos questionários.

Observando-se o gráfico acima, percebemos que dos cinquenta alunos respondentes, vinte e seis consideram seu conhecimento básico, vinte e dois alunos consideram seu conhecimento intermediário, nenhum aluno considera seu conhecimento avançado e dois alunos consideram seu conhecimento acerca da educação de surdos insuficiente. Mais de 50% dos alunos, mesmo após a disciplina, ainda consideram básico o seu conhecimento a respeito da educação de surdos, o que nos evidencia, de certa maneira, a importância da disciplina e a necessidade de seu aperfeiçoamento nos cursos de graduação.

Enfim, importa continuar as perguntas presentes no decorrer de nossa reflexão na seguinte direção: é possível haver mudança de prática pedagógica com a inicial mudança e consciência sobre as pessoas surdas e sobre a comunidade surda? No sistema maior, esses sujeitos ao se depararem com os surdos terão essa perspectiva ou serão assimilados pelo sistema maior que trata a Libras ainda como adereço? É suficiente essa mudança de perspectiva para implantação de uma perspectiva bilíngue na educação de surdos? Será que a Libras tem se limitado a ser uma disciplina de sensibilização do futuro professor para a inclusão dos sujeitos surdos?

Essas perguntas, por ora, não têm resposta. E a ideia de não respondê-las, neste texto, não é proposital, mas evidencia que mais pesquisas nessa direção são necessárias para que se possa pensar melhor como analisar esse fenômeno na formação de professores.

Considerações finais

Neste artigo, refletimos brevemente sobre o impacto que a disciplina de Libras tem exercido nas universidades federais brasileiras, tomando como exemplo os casos da Universidade Federal do Espírito Santo e da Universidade Federal de Juiz de Fora. Consideramos a diversidade do perfil dos professores, a visão dos alunos, as ementas da disciplina e sua carga horária, assim como suas potências e suas possibilidades no espaço acadêmico, a partir do trabalho empreendido no eixo ensino, pesquisa e extensão.

Nesses mais de dez anos de promulgação da Lei nº. 10.436, vimos a emergência de novas maneiras de se conceber a surdez e de se tratar a Libras nos campos acadêmico e político. A consolidação de uma Política Linguística, direcionada à comunidade surda brasileira e expressa no Decreto nº. 5.626/05, evidencia a constituição e a circulação de novos discursos, mentalidades e representações, os quais não só alteraram a ordem social vigente, mas trouxeram à tona a realidade da exclusão social e educacional vivenciada pelos surdos, devido, dentre outros, à sua diferença linguística.

A presença da Libras na academia, tanto como disciplina das licenciaturas e da Fonoaudiologia, quanto como campo de pesquisa e extensão, proporcionou a conquista de novos territórios discursivos e epistemológicos, os quais cada vez mais tencionam as perspectivas tradicionais e cristalizadas que, muitas vezes, ainda caracterizam e sustentam a educação especial e a educação inclusiva em nosso País. Além disso, a presença de surdos nas universidades públicas federais, como professores de Libras, também exigiu novas configurações do espaço acadêmico, tanto em relação à sua acessibilidade quanto em relação à urgente necessidade de se deslocar o sujeito surdo do campo da deficiência, combatendo a visão de que surdos são incapazes e, portanto, objeto de caridade e de ações assistencialistas.

A disciplina de Libras na formação de professores e de fonoaudiólogos, mais do que consolidar uma nova etapa do projeto maior de políticas inclusivas em nosso País, produziu um novo campo de debate e de reflexão. Tal campo caracteriza-se pela formação de uma nova geração de profissionais desafiados a pensar as diferenças por meio de um novo olhar, o qual reconhece o outro em suas especificidades e visa à promoção da Língua de Sinais como língua de instrução dos surdos e do ensino do Português escrito como segunda língua.

A intensidade e a extensão do impacto da disciplina de Libras na graduação são quase impossíveis de se precisar. Entretanto, é certo que essa nova geração de professores e de fonoaudiólogos tem a possibilidade de refletir a partir de outros prismas teóricos e de problematizar questões linguísticas e culturais por vieses e perspectivas que antes sequer eram cogitadas no processo de formação acadêmica, visto que se defendia a normalização e, por sua vez, a oralização dos surdos em detrimento de quaisquer questões linguísticas ou culturais que se apresentassem.

Mesmo que a carga horária da disciplina não seja suficiente para que os alunos desenvolvam a fluência em Libras nem para que se sintam totalmente preparados para atuarem junto aos alunos surdos, a participação na disciplina é o bastante para fomentar profícuos debates sobre a surdez e para promover a difusão e a visibilização da Libras para além da universidade. Ainda que o conteúdo da disciplina não seja legalmente estabelecido e que sua abordagem varie de acordo com o curso onde se encontra, com seu público e com o perfil de seu professor, o fato de a Libras compor o currículo da graduação, como disciplina obrigatória e/ ou optativa, possibilitou a efervescência de um consistente processo de transformação social, política, cultural e acadêmica de dimensões imensuráveis.

Enfim, a partir dessas reflexões, novas perguntas são geradas. As possibilidades de suas respostas não se encontram de forma tão simples, pois demandam mais discussão e pesquisa. De qualquer maneira, é fundamental que essas perguntas emergjam para que continuemos no processo de aprimoramento da docência dessa disciplina e no de pensar o seu lugar na universidade e seu encontro com o movimento surdo brasileiro.

Referências

BRASIL. *Lei nº 10.436*, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 02 maio 2014.

BRASIL. *Decreto nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 02 maio 2014.

BRITO, L. F. *Integração social e educação dos surdos*. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

ESPÍRITO SANTO. *Lei n.º. 5.198*, de 25 de março de 1996. Reconhece, no Estado do Espírito Santo, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a Linguagem Gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <<http://www.feneismg.org.br/doc/ESPIRITO%20SANTO%20LEIS%20LIBRAS.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2014.

FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos. *Relatório Anual: 1993*. Rio de Janeiro: Feneis, 1993.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 19, p. 20 – 28, jan./fev.; mar./abr. 2002.

MINAS GERAIS. *Lei n.º. 10.379*, de 10 de janeiro de 1991. Reconhece oficialmente, no Estado de Minas Gerais, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente, a linguagem gestual codificada na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B90AA857A-F928-4861-A7F3-44076B-D2BB60%7D_LEI%2010379,%20de%2010%20DE%20JANEIRO%20DE%201991.pdf>. Acesso em: 02 maio 2014.

MOURA, M. C. *O Surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000. <<

<http://dx.doi.org/10.1021/jo005567c>
<http://dx.doi.org/10.1021/jo991227j>
<http://dx.doi.org/10.1021/jo991460h>
<http://dx.doi.org/10.1021/jo000901q>>>

PINTO, F. B. *Vendo vozes: a história da educação dos surdos no Brasil oitocentista*. 2007. Disponível em: <<http://www.cultura-sorda.eu>>. Acesso em: 02 maio 2007.

RAMOS, C. R. *Histórico da Feneis até o ano de 1988*. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004. Disponível em: <<http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo6.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

RANGEL, G. M. M. *História do povo surdo em Porto Alegre: imagens e sinais de uma trajetória cultural*. 2004. 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

RIO DE JANEIRO. *Lei n.º. 3.195*, de 15 de março de 1999. Dispõe sobre o reconhecimento da Libras (língua brasileira de sinais), no estado do rio de janeiro, para as pessoas portadoras de deficiência auditiva e dá outras providências. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/143679/lei-3195-99>>. Acesso em: 02 maio 2014.

ROCHA, S. Histórico do INES. *Espaço*, Rio de Janeiro, n.7, Jun. 1997. Edição comemorativa 140 anos.

RODRIGUES, C. H. Da margem ao centro: preparando um novo campo de debate e reflexão. *Revista da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos* – Feneis, Rio de Janeiro, n. 42. p. 30 – 34, dez./fev. 2011.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SÃO PAULO. *Lei n.º. 10.958*, de 27 de novembro de 2001. Torna oficial a Língua Brasileira de Sinais – LÍBRAS e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/165283/lei-10958-01>>. Acesso em: 02 maio 2014.

SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOUZA, R. M. *Que palavra que te falta?* São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIEIRA-MACHADO, L. M. C. Formação de professores de surdos: dispositivos para garantir práticas discursivas. *Cadernos de Educação*. Pelotas, ano. 19, n. 36, p.45 – 68, maio/ago. 2010.

Data de registro: 13/04/2015

Data de aceite: 26/08/2015